

ANEXO 20

ADOÇÃO DO SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE

**CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO,
MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A
EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE ROTA SOROCABANA**

1. Introdução

- 1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, nos prazos e termos estabelecidos neste ANEXO, implantar o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE em todo o SISTEMA RODOVIÁRIO.
- 1.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável por implantar, manter e gerenciar o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, composto por equipamentos, sensores e sistemas instalados em PÓRTICOS ao longo do SISTEMA RODOVIÁRIO, que registrem a passagem dos veículos que trafegarem pelo SISTEMA RODOVIÁRIO para assegurar a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO, sem a necessidade da parada do veículo e sem bloqueios físicos.
- 1.3. A implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE não implica alteração da forma do cálculo da TARIFA DE PEDÁGIO, que deverá seguir o regramento do ANEXO 4.

2. Implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE

- 2.1. O SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE deverá ser implantado de maneira faseada, considerando as etapas a seguir.

Etapla 1 – Operação das Praças de Pedágio

- 2.2. As PRAÇAS DE PEDÁGIO no SISTEMA REMANESCENTE deverão ser operadas, nos termos do ANEXO 4 e ANEXO 5, desde a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL até a respectiva CONVERSÃO.

Etapla 2 – Conversão e implantação dos Pórticos

- 2.3. A CONCESSIONÁRIA deverá, conforme o caso, converter as PRAÇAS DE PEDÁGIO em PÓRTICOS e instalar novos PÓRTICOS, conforme localização indicada no ANEXO 4.
 - 2.3.1. Após a implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, a CONCESSIONÁRIA deverá redimensionar os TCPs, considerando o item 4.4.2 do ANEXO 4.
- 2.4. Os PÓRTICOS indicados no item 4.4 do ANEXO 4 deverão ser implantados de acordo com o seguinte cronograma, observadas as condições previstas no item 4.1:
 - 2.4.1. Até o 13º mês contando data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL para os PÓRTICOS P13, P14, P15, P16, P17, P18, P19, P20 e P21;
 - 2.4.2. 25º mês contando data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL para os PÓRTICOS P01, P02, P03, P04, P05, P06, P07, P08, P09, P10, P11, P12 e P23;
- 2.5. O PÓRTICO P22, localizado na SPA 053/280, deverá ser implantado em 13 (treze) meses contados do TERMO DE TRANSFERÊNCIA SISTEMA EXISTENTE SPA 053/280.
- 2.6. Entende-se como CONVERSÃO o início da operação do PÓRTICO após a implantação de todas as medidas necessárias, como desativação da respectiva PRAÇA DE PEDÁGIO e instalação dos equipamentos necessários, nos termos do ANEXO 7.
 - 2.6.1. Após a CONVERSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá, em no máximo 6 (seis) meses, demolir as PRAÇAS DE PEDÁGIO, de modo a promover o fluxo livre em todas as pistas da RODOVIA, observado o regramento previsto no ANEXO 7.

2.6.2. É facultado à CONCESSIONÁRIA manter estruturas adjacentes às PRAÇAS DE PEDÁGIO, desde que não impacte a segurança viária, considerando o fluxo livre do SISTEMA RODOVIÁRIO.

2.7. Cada PRAÇA DE PEDÁGIO deverá ser convertida integralmente, não sendo admitidas conversões parciais da mesma PRAÇA DE PEDÁGIO, aqui entendidas como a manutenção de alguma cabine de cobrança manual.

2.8. O início da operação comercial dos PÓRTICOS depende do cumprimento das condições estabelecidas no item 4 deste ANEXO.

2.9. As PARTES e a ARTESP poderão, a qualquer tempo, solicitar a revisão dos cronogramas estabelecidos neste ANEXO, mediante justificativa.

2.10. A PARTE que sugerir a revisão dos cronogramas deverá apresentar o pedido acompanhado de justificativa devidamente motivada, bem como todos os documentos necessários à comprovação do requerido, para avaliação pelas demais PARTES, sendo que a decisão pela revisão caberá exclusivamente ao PODER CONCEDENTE.

2.11. Caso a ARTESP ou a CONCESSIONÁRIA tenha sugerido a alteração dos cronogramas, o PODER CONCEDENTE deverá se manifestar em até 60 (sessenta) dias após manifestação técnica da ARTESP, a ser emitida no mesmo prazo a partir do recebimento da solicitação pela CONCESSIONÁRIA.

2.12. Caso o PODER CONCEDENTE tenha sugerido a alteração, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA deverão se manifestar em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento da sugestão, a fim de que o PODER CONCEDENTE decida sobre referida alteração no mesmo prazo.

2.13. Caso haja divergência, as PARTES poderão se valer dos mecanismos de solução de controvérsias previstos no ANEXO 23.

2.14. Eventual desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da alteração dos cronogramas será processado, preferencialmente, em sede de REVISÃO ORDINÁRIA ou, subsidiariamente, de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, caso haja risco de materialização concreta ou iminente de evento cujas consequências sejam suficientemente graves, nos termos do CONTRATO.

3. Sistema Operacional de Arrecadação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE

3.1. O sistema operacional de arrecadação na modalidade SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE deverá contemplar, no mínimo:

- i. Sistema de identificação de eixos (identificando e registrando os eixos que tocam o solo e os que não tocam e o tipo de rodagem - simples ou dupla), para identificação dos veículos;
- ii. Sistema de vídeo registro com a função de reconhecimento ótico de caracteres (OCR) ou similar que seja capaz de registrar as informações do emplacamento traseiro e dianteiro dos veículos;
- iii. Sistema de arrecadação que viabilize o pagamento eletrônico, por meio de AVI e outra tecnologia disponível aprovada pela ARTESP, garantindo-se a interoperabilidade com os sistemas atualmente implantados, de acordo com os normativos pertinentes da ARTESP;

- iv. Sistema de arrecadação que viabilize o pagamento por meio da PLATAFORMA, plataforma virtual a ser disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA;
- v. Sistema de sinalização que permita ao USUÁRIO visualizar o valor da TARIFA DE PEDÁGIO;
- vi. Sistema de controle de evasão, conforme normas técnicas;
- vii. Sistema de controle de velocidade, incluindo um radar fixo para cada faixa de rolamento e acostamento localizada sob os PÓRTICOS.

3.1.1. Os PÓRTICOS deverão abrigar os equipamentos necessários para registrar a passagem dos USUÁRIOS do SISTEMA RODOVIÁRIO, bem como viabilizar as funcionalidades exigidas no âmbito do sistema de arrecadação.

3.1.2. Os PÓRTICOS deverão estar iluminados e protegidos com dispositivos de contenção viária de forma a atender às normas vigentes e pertinentes na época de implantação e o disposto no ANEXO 6.

3.2. Caso, no âmbito das ações de apoio à ARTESP na orientação aos interessados para abertura/regularização/adequação de novos ACESSOS, conforme regramento do ANEXO 5, a CONCESSIONÁRIA identifique possível impacto sobre a arrecadação, deverá comunicar à ARTESP eventuais medidas necessárias para minimizar o efeito sobre a RECEITA TARIFÁRIA, tais como: implantação de novo PÓRTICO, alterações de infraestrutura do SISTEMA RODOVIÁRIO, entre outras.

3.2.1. Caso haja impacto na arrecadação tarifária decorrente da hipótese indicada no item 3.2 acima, e desde que com anuência da ARTESP, as PARTES deverão avaliar eventual desequilíbrio econômico-financeiro decorrente dos investimentos necessários para implantação das medidas necessárias, nos termos de referido item, em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.

3.2.2. Caso as PARTES optem pela implantação de um novo PÓRTICO, deverão ser observados os pressupostos da prestação dos serviços, conforme previsto no CONTRATO.

3.2.3. Os impactos sobre a arrecadação da RECEITA TARIFÁRIA decorrentes da implantação do ACESSO não serão reconhecidos como EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

3.2.4. A regra prevista no item 3.2 tem aplicação restrita aos novos ACESSOS, sendo risco da CONCESSIONÁRIA a solução para abertura/fechamento de ACESSOS de maneira distinta da prevista no ANEXO 12 e 21.

3.3. Está vedada a implantação de dispositivo de controle de acesso ou passagem (cancela) nas entradas e saídas do SISTEMA RODOVIÁRIO.

3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá observar a Portaria ARTESP nº 97, de 22 de dezembro de 2020, ou regulamentação vigente, no que tange aos requisitos regulamentares para implantação, operação e manutenção de Sistema de Monitoramento de Informações de Pedágio.

3.5. O sistema de sinalização no SISTEMA RODOVIÁRIO deve considerar:

- 3.5.1. A previsão da implantação de sinalização vertical e horizontal de forma a garantir a informação prévia ao USUÁRIO de que o trecho é dotado de PÓRTICOS de cobrança automática.
- 3.5.2. Que as placas de sinalização vertical de indicação e demais componentes de sinalização utilizados devem respeitar os manuais e normas vigentes de sinalização viária.
- 3.5.3. Que a sinalização horizontal e vertical deve ser prevista de forma que o USUÁRIO seja informado da existência do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE antes, durante e depois da tomada de decisão sobre adentrar e/ou permanecer na via dotada dos PÓRTICOS.
- 3.5.4. Que os locais de implantação dos PÓRTICOS deverão estar identificados com placas de sinalização vertical de indicação contendo, no mínimo, o pictograma de Cobrança Automática, SAU-27 ou outro que o substitua para essa finalidade, previsto no Regulamento de Sinalização Viária.
- 3.5.5. Que as seguintes informações devem ser apresentadas ao USUÁRIO de maneira agrupada ou em placas distintas, sendo observadas as melhores técnicas de engenharia viária, garantindo a sua correta visualização:
 - 3.5.5.1. Utilização do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE na via;
 - 3.5.5.2. Valores de TARIFA DE PEDÁGIO e desconto do AVI;
 - 3.5.5.3. Procedimentos para veículos isentos e outras situações especiais;
 - 3.5.5.4. Configuração de infração de trânsito no caso de não pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO;
 - 3.5.5.5. Local, contato telefônico ou sítio eletrônico onde o usuário possa obter mais informações; e
 - 3.5.5.6. Opções de pagamento automático aceitos para o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO.
- 3.6. A CONCESSIONÁRIA também deverá disponibilizar em seu sítio na internet e demais plataformas pertinentes (e.g. aplicativo para celulares) os valores de TARIFA DE PEDÁGIO vigentes de todas as CATEGORIAS, para cada PÓRTICO.
- 3.7. Deverão ser detalhados para os locais escolhidos as interferências existentes, o número de faixas da seção de cobrança e os planos de operação, administração e manutenção dos PÓRTICOS.
- 3.8. Deverão ser apresentados à ARTESP, para cada seção de cobrança, projetos de terraplenagem, quando aplicável, de drenagem, pavimento, sinalização, iluminação, estrutura dos PÓRTICOS, equipamentos e sistemas.
- 3.9. Deverá ser mantida sob os PÓRTICOS, na seção de cobrança, a mesma configuração do trecho rodoviário, incluindo acostamentos. No caso de trechos em pista simples, a CONCESSIONÁRIA deverá manter pelo menos 3 faixas de rolamento, incluindo os acostamentos.
- 3.10. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implantar sistema, plenamente auditável, com acesso franqueado à ARTESP de maneira online, para registro de todas as transações referentes ao SISTEMA RODOVIÁRIO, contemplando as informações necessárias para fiscalização da ARTESP e do PODER CONCEDENTE, incluindo as TRANSAÇÕES VÁLIDAS e as TRANSAÇÕES INVÁLIDAS, observado o disposto no ANEXO 5 e APÊNDICE F.

- 3.11. A ARTESP realizará auditoria nos softwares de controle empregados para controlar e gerenciar as transações efetuadas nos PÓRTICOS. Para tanto, o sistema a ser implementado pela CONCESSIONÁRIA deverá possuir preferencialmente acesso via web e atualização de dados em tempo real, com disponibilização de pares de usuário/senha para consulta da ARTESP.
- 3.12. O exame dos registros e a identificação do veículo infrator, seguido de eventuais emissões de autos de infração, será da responsabilidade do DER/SP, nos termos do presente ANEXO.
- 3.13. A ARTESP e a CONCESSIONÁRIA deverão celebrar, até 60 (sessenta) dias antes do prazo estimado para a primeira CONVERSÃO, convênio junto ao DER/SP para viabilizar a transferência de informação relacionada ao registro de infrações de trânsito, inclusive no tocante aos USUÁRIOS INADIMPLENTES, a fim de auxiliar a emissão de autos de infração pelo DER/SP.
- 3.14. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o monitoramento da qualidade dos registros dos veículos infratores, de forma a garantir o atendimento aos padrões e requisitos estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE e pelas especificações técnicas da ARTESP.
- 3.15. Os equipamentos do sistema de arrecadação deverão armazenar, nos próprios PÓRTICOS, os registros dos veículos que transitarem no SISTEMA RODOVIÁRIO, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, sendo que a CONCESSIONÁRIA deverá manter os dados armazenados e disponíveis à ARTESP por todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
- 3.16. O SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE deverá operar todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Será registrado o tempo diário de inoperância para todos os elementos do sistema, para fins de cálculo do tempo de inoperância mensal. Nos casos em que houver inoperância de equipamentos em virtude de falhas, falta de manutenção e/ou procedimentos de certificação, devem ser atendidos os procedimentos, prazos e demais condições formalmente estabelecidas pela ARTESP e PODER CONCEDENTE.
- 3.17. Os PÓRTICOS devem prever plataforma para trabalho aéreo de modo que não seja necessário o fechamento das faixas de rolamento e/ou acostamentos nas situações em que seja preciso acessar o PÓRTICO.
- 3.18. A CONCESSIONÁRIA poderá fechar seções das faixas de rolamento sob os PÓRTICOS para a realização de procedimentos de manutenção e/ou certificação, caso necessário e mediante comunicação prévia à ARTESP, desde que não inviabilize a passagem de USUÁRIOS pelo PÓRTICO e a correspondente arrecadação das TARIFAS DE PEDÁGIO, e desde que não afete o nível de serviço para além dos limites estabelecidos no CONTRATO e seus ANEXOS.
- 3.19. Antes de cada PÓRTICO deverá ser previsto um sistema de detecção e controle de altura. O gabarito mínimo do vão livre será de 5,50m para o PÓRTICO.
- 3.20. É obrigatória a instalação de Sistema de Sensoriamento de Tráfego nas proximidades das localidades previstas para instalação de PÓRTICOS.
- 3.21. A CONCESSIONÁRIA deverá implementar sistema que possua redundâncias capazes de identificar USUÁRIOS que tenham transitado pelos PÓRTICOS e, eventualmente, não puderam ser registrados pelos equipamentos responsáveis por sua identificação e cobrança, inclusive por meio do cruzamento de informações (e.g., contadores de tráfego, SATs, câmeras com capacidade de reconhecimento óptico de caracteres).

4. Início da operação comercial dos PÓRTICOS

- 4.1. A CONCESSIONÁRIA somente poderá solicitar autorização para iniciar a operação comercial dos PÓRTICOS quando:

- 4.1.1. Tiver concluído os investimentos necessários para a implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, no que se refere a cada PÓRTICO;
- 4.1.2. Tiver concluído o PII ou o PAI, conforme o caso, especificados no ANEXO 6;
- 4.1.3. Tiver concluído a implantação da PLATAFORMA.
- 4.2. O pedido de autorização para operação dos PÓRTICOS pode ser realizado de forma individual.
- 4.3. Após recebida a solicitação apresentada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos dos itens 4.1 e 4.2, em até 30 (trinta) dias, (i) a ARTESP deverá verificar o efetivo cumprimento das obrigações descritas acima, levando em consideração os critérios previstos neste ANEXO e no ANEXO 5 e 7 e (ii) o PODER CONCEDENTE deverá realizar a homologação com base nas informações e documentos fornecidos pela ARTESP.
 - 4.3.1. A CONCESSIONÁRIA poderá solicitar o início da vistoria pela ARTESP em até 90 (noventa) dias da data prevista para o cumprimento das referidas condições.
 - 4.3.2. Recebida a solicitação de que trata o item 4.3.1, a ARTESP deverá, em até 45 (quarenta e cinco) dias, enviar relatório para a CONCESSIONÁRIA com as principais condicionantes para o início da operação comercial.
 - 4.3.3. A constatação pela ARTESP de “não conformidades” que não representem risco à segurança do tráfego da via não impedirá o início da operação comercial. A ARTESP poderá autorizar a operação comercial quando não houver impedimento ao tráfego seguro nas vias, sem prejuízo da necessidade de cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das condicionantes apontadas pela agência quando da autorização em prazo compatível com a complexidade das intervenções, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 4.4. Em caso de não validação quanto ao efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas dos itens 4.1 e 4.2. acima, a ARTESP comunicará à CONCESSIONÁRIA quanto às inconsistências e inadequações com as suas devidas justificativas, cabendo à CONCESSIONÁRIA regularizar e pleitear novamente a autorização para dar início à operação dos PÓRTICOS, observado o item 4.3.3.
- 4.5. O Sistema Operacional de Arrecadação de Pedágio, incluindo os PÓRTICOS, bem como os demais equipamentos e sistemas relacionados ao SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, deverá atender a todas as normas e especificações mencionadas nos ANEXOS, especialmente ao ANEXO 5.

5. Obrigações da CONCESSIONÁRIA

- 5.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, no âmbito da implantação e gerenciamento do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, sem prejuízo das demais exigências correlatas, dispostas no CONTRATO e ANEXOS:
 - 5.1.1. Observar, de maneira estrita, o disposto neste ANEXO e no CONTRATO;
 - 5.1.2. Identificar os veículos que não efetuarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO por meio das modalidades e nos prazos disponibilizados, nos termos deste ANEXO, e da legislação e normativas aplicáveis;
 - 5.1.3. Disponibilizar plataformas digital e física para pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, que seja plenamente auditável, para os USUÁRIOS que não efetuarem o pagamento automático e imediato, por meio dos meios de pagamento disponibilizados (PLATAFORMA);

- 5.1.4. Elaborar relatórios a serem entregues ao DER e à ARTESP, na forma e periodicidade definidas neste ANEXO;
- 5.1.5. As informações deverão ser plenamente auditáveis e atender aos requisitos de registro e disponibilização aplicáveis aos dados relativos aos veículos infratores, nos termos do ANEXO 5, além de permanecerem armazenadas pela CONCESSIONÁRIA ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO.
- 5.1.6. Manter placas informativas com valores atualizados das TARIFAS, indicando as formas de pagamento da TARIFA disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA;
- 5.1.7. Sinalizar as pistas;
- 5.1.8. Permitir a fiscalização da arrecadação;
- 5.1.9. Elaborar mapas estatísticos de tráfego e arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO;
- 5.1.10. Registrar as ocorrências principais e mais significativas;
- 5.1.11. Controlar e manter vigilância sobre os equipamentos;
- 5.1.12. Controlar a arrecadação por PÓRTICO, data, horário e demais procedimentos de compartilhamento de informações estipulados pela ARTESP;
- 5.1.13. Prestar atendimento e garantir informação sobre as TARIFAS DE PEDÁGIO ao USUÁRIO;
- 5.1.14. Disponibilizar as seguintes informações de registros físicos e financeiros de tráfego registrado nos PÓRTICOS, em tempo real (on-line) por meio eletrônico, para a ARTESP ou a quem ela designar, nos dois níveis de registro, com dados sobre o tipo de veículo, o número de eixos e as características de rodagem, a saber:
 - i. Informação física do registro da passagem do veículo, caso existente sensor de pista no SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE;
 - ii. Informação do registro das imagens das câmeras instaladas nos PÓRTICOS e informação do registro físico de tráfego;
- 5.1.15. Permitir a integração das informações com o CCI conforme os termos estabelecidos no CONTRATO;
- 5.1.16. Comunicar o USUÁRIO, de forma simples e didática, sobre, no mínimo, o seguinte conteúdo:
 - i. o cronograma de CONVERSÃO e implantação dos PÓRTICOS, reforçando a comunicação no período que anteceder a CONVERSÃO de cada PRAÇA DE PEDÁGIO e implantação dos PÓRTICOS, em prazo hábil, não inferior a 90 (noventa) dias para que o USUÁRIO seja informado sobre a mudança da forma de cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO e se adapte à nova sistemática;
 - ii. a forma de cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO, deixando claro que:
 - o USUÁRIO que não possuir dispositivo de AVI não incorrerá, imediatamente, em infração ao utilizar o SISTEMA RODOVIÁRIO e poderá realizar o pagamento posteriormente via PLATAFORMA;

- o USUÁRIO que não realizar o pagamento voluntário pela PLATAFORMA no prazo previsto na regulação, contados da passagem pelo respectivo PÓRTICO do SISTEMA RODOVIÁRIO incorrerá em infração de evasão sujeita à multa de trânsito, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157, de 1º de junho de 2021.
- iii. a forma de acesso à PLATAFORMA;
 - iv. o prazo e as formas de pagamento permitidas no âmbito da PLATAFORMA;
- 5.1.17. divulgar que o Sistema de Comunicação ao Usuário, implantado nos termos do ANEXO 5, também receberá dúvidas sobre a forma de pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE;
- 5.1.18. colaborar na identificação dos veículos que não efetivarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, para fins de aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro);
- 5.1.19. elaborar campanha de publicidade para incentivar a adoção do AVI pelos USUÁRIOS.

6. PLATAFORMA

- 6.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela implantação e gerenciamento da PLATAFORMA, com acesso via web e/ou aplicativo mobile, plenamente auditável, que deverá possibilitar que os USUÁRIOS que não efetuaram o pagamento automático e imediato da TARIFA DE PEDÁGIO, em relação à utilização do SISTEMA RODOVIÁRIO, possam realizar a consulta de débitos e realizar pagamentos, nos prazos e nas condições estabelecidos neste ANEXO, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela adoção de todos os procedimentos necessários e pelo pagamento de todos custos e despesas aplicáveis.
- 6.2. A PLATAFORMA deverá ser compatível com os sistemas da ARTESP, de modo que seja possível a criação de uma plataforma única de todas as concessões. À medida que a ARTESP disponibilize plataforma web ou aplicativo único integrado para todas as concessões do estado de São Paulo, a CONCESSIONÁRIA ficará responsável por realizar a migração/integração para dentro desta plataforma.
- 6.3. A CONCESSIONÁRIA também poderá prever outras formas de pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO pelo USUÁRIO, como por exemplo aplicativos, totens de autoatendimento, pagamento instantâneo (PIX), disponibilização de locais conveniados para pagamento físico, entre outros observada a regulamentação vigente.
- 6.4. Os meios eletrônicos de pagamento deverão assegurar o envio automático da arrecadação à CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA.
- 6.5. Nos casos de pagamento viabilizado nos termos do item 6.4 acima, a CONCESSIONÁRIA deverá garantir o depósito de tais valores na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data da respectiva arrecadação.
- 6.6. O USUÁRIO que não tiver efetuado o pagamento automático e imediato durante a sua passagem pelo PÓRTICO (i) por não deter dispositivo AVI; ou, (ii) detendo dispositivo AVI, não haver processamento do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, deverá realizar o pagamento por meio da PLATAFORMA ou por qualquer outra forma disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA, no prazo de previsto na regulação, pelo respectivo PÓRTICO do SISTEMA RODOVIÁRIO.

- 6.7. A não efetivação do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO pelo USUÁRIO, no prazo indicado no item 6.6 e observado disposto no item 6.8, constituirá evasão para fins do CONTRATO e acarretará a emissão de auto de infração por evasão pelo DER/SP, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e da Resolução Contran nº 984/2022.
- 6.8. A utilização do SISTEMA RODOVIÁRIO por USUÁRIO que não detenha dispositivo AVI não é caracterizada como infração de trânsito, de modo que o USUÁRIO somente será autuado por evasão caso deixe de efetuar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO na forma estabelecida no item 6.6, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.
- 6.9. O USUÁRIO que detiver dispositivo AVI, mas tenha deixado de realizar o pagamento automático e imediato da TARIFA DE PEDÁGIO durante a sua passagem pelo PÓRTICO por qualquer motivo, deverá realizar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO por intermédio da PLATAFORMA ou por qualquer outra forma disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA. Sem prejuízo do disposto anteriormente, a CONCESSIONÁRIA poderá desenvolver formas de interação com o USUÁRIO a fim de comunicar o não processamento automático e imediato da TARIFA DE PEDÁGIO, inclusive mediante celebração de convênios com as OSAs que regem a transferência de tais informações.
- 6.10. O prazo para o DER/SP emitir o auto de infração será contado a partir da materialização da infração de trânsito, ou seja, no dia seguinte ao esaurimento do prazo concedido ao USUÁRIO para realizar o pagamento voluntário na PLATAFORMA ou por qualquer outra forma disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 6.6 e observado o disposto no item 6.8.
- 6.11. Caso o USUÁRIO venha a realizar o pagamento dentro do prazo descrito no item 6.6, a receita auferida será devidamente registrada e comporá a RECEITA TARIFÁRIA.
- 6.12. A PLATAFORMA deverá permitir que todos os USUÁRIOS que tiverem utilizado o SISTEMA RODOVIÁRIO possam efetuar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO devida pela passagem pelo PÓRTICO, utilizando os meios de pagamento eletrônico previstos na legislação e regulação competente.
- 6.13. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, por meio da PLATAFORMA, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste ANEXO e no ANEXO 5, página com instruções sobre as modalidades e os procedimentos para o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE.
- 6.14. O disposto nos itens 6.12 e 6.13 não impede que a CONCESSIONÁRIA estabeleça outras formas de pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO pelo USUÁRIO, nos termos do item 6.3.
- 6.15. O regramento disposto neste ANEXO poderá ser alterado ou adequado a eventual norma superveniente, em especial daquelas emanadas pelo CONTRAN, que regulamente aspectos relacionados ao prazo para pagamento na PLATAFORMA, à autuação de USUÁRIOS infratores, notadamente em relação às condições, procedimentos pertinentes, forma de identificação dos veículos e emissão das competentes autuações.

7. Cobrança Coercitiva de Tarifa pelo Poder Concedente

- 7.1. A CONCESSIONÁRIA deverá identificar os veículos dos USUÁRIOS que não efetuarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, por meio das modalidades permitidas e nos prazos disponibilizados, conforme previsto neste ANEXO.
- 7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá identificar transações que não foi capaz de registrar e produzir as

informações pertinentes e necessárias, conforme legislação vigente e normatização da ARTESP sobre o tema, para identificação dos USUÁRIOS não optantes pelo pagamento eletrônico por meio de AVI que transitaram pelos PÓRTICOS instalados na rodovia, inviabilizando, portanto, (i) a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO por meio do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE e (ii) eventual autuação pelo PODER CONCEDENTE (TRANSAÇÕES INVÁLIDAS).

7.3. A relação entre USUÁRIOS e OSAs é estritamente privada e não afeta a CONCESSÃO ou a CONCESSIONÁRIA. Desse modo, eventual inadimplência dos USUÁRIOS perante determinada(s) OSA(s) não gera reflexos perante a CONCESSÃO.

7.4. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a envidar todos os esforços para sugerir à ARTESP e ao PODER CONCEDENTE e/ou implementar diretamente mecanismos com vistas a reduzir a evasão de que trata o artigo 209-A, da Lei nº 9.503 de 23 de setembro 1997, no SISTEMA RODOVIÁRIO.

Entrega ao DER

7.5. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar semanalmente para o DER/SP relatório contendo, no mínimo os registros, as evidências e as informações que possibilitem ao DER/SP emitir as multas de evasão, nos termos dos artigos 209-A e 280 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157 de 1º de junho de 2021, bem como Resolução Contran nº 984/2022, quais sejam: local, data e hora do cometimento da infração, caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos solicitados pelo DER/SP, desde que imprescindíveis para a emissão das multas, observada a regulação vigente.

7.5.1. As informações enviadas pela CONCESSIONÁRIA semanalmente, nos termos do item 7.4, que contemplarem registros com mais de 10 (dez) dias de antecedência à data do envio ao DER/SP, ensejarão aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do ANEXO 11, observado o disposto no item 8.2 deste ANEXO.

7.6. O DER/SP deverá, em até 30 (trinta) dias do recebimento de cada relatório mencionado no item 7.4, analisar as informações dos USUÁRIOS INADIMPLENTES e atestar à ARTESP, mediante envio de notificação ou documento equivalente: (i) quais os registros enviados pela CONCESSIONÁRIA contêm todos os dados necessários que possibilitasse a emissão das notificações de autuação, independentemente de ter, de fato, emitido ou não referidas notificações, e; (ii) quais os que não cumpriram tais requisitos.

7.7. O DER/SP deverá notificar a ARTESP, oportunamente, do recebimento de eventuais informações inverídicas ou incorretas sobre os USUÁRIOS INADIMPLENTES, para fins de aplicação da penalidade prevista no ANEXO 11, pela ARTESP, bem como eventuais cobranças indevidas, aqui entendidas como envio de informações ao DER/SP acerca de USUÁRIOS taxados como inadimplentes, mas que tenham realizado o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, para fins de aplicação pela ARTESP da penalidade prevista no ANEXO 11.

7.8. O DER/SP aplicará multa de evasão aos USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157 de 1º de junho de 2021, bem como Resolução Contran nº 984/2022.

7.8.1. A não aplicação da multa, pelo DER/SP, e/ou a ausência do pagamento do valor da multa pelo USUÁRIO não obsta a COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA em favor da CONCESSIONÁRIA.

Entregas à ARTESP

7.9. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à ARTESP:

7.9.1. mensalmente, um documento declaratório, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

Resumo das Passagens nos Pórticos Free Flow							
	Total passagens	pago_TAG	pago_Outros	Isento	Evadidos e devido à Concessionária	Evadidos e não devido à Concessionária	Conferência Total
Quantidade							
Valor (R\$)							

- i. Arquivo excel com os devidos registros de todos os veículos que configuraram evasão (não pagamento com AVI ou em outros formatos no prazo estabelecido em contrato), inclusive com indicação expressa de eventuais casos de fraude por parte do usuário;
- ii. Relatório word/pdf contendo o respectivo registro das características, data e hora da passagem, bem como fotos de todos os veículos que não foram identificados exclusivamente por conta de atitude fraudulenta por parte do usuário (cobertura e/ou adulteração das placas originais etc.); e
- iii. As informações a serem prestadas poderão ser informados via sistemas a serem desenvolvidos pelas concessionárias a serem validadas pela ARTESP.

7.9.2. trimestralmente, o relatório indicado no item 8.2 deste ANEXO.

Auditoria e compensações

7.10. As informações mencionadas no item 7.5 e 7.9 deverão ser entregues de forma passível de auditoria e atender aos requisitos de registro e disponibilização aplicáveis aos dados relativos aos veículos dos USUÁRIOS INADIMPLENTES.

7.11. As informações do item 7.5 e 7.9 deverão ser auditadas anualmente por empresa especializada de auditoria independente, idônea e de notória especialização, devendo o relatório de auditoria ser encaminhado ao DER/SP e à ARTESP em até 15 (quinze) dias de sua emissão.

7.11.1. A auditoria com empresa independente deverá ser realizada de forma a contemplar, no mínimo, auditoria amostral de resultados: a auditoria deverá selecionar, de forma amostral e aleatória, imagens de veículos que passaram no PÓRTICO ao longo do ano, e verificar se as informações contidas no banco de dados estão corretas (placa, tipo de veículo, quantidade de eixos; presença de AVI; etc.), além de veículos que deixaram de ser registrados pelo Sistema de Controle de Arrecadação, ou se há alguma inconsistência no cadastro. Deverão ser apontadas todas as inconsistências verificadas e calculado qual seria o percentual de erro, para cada um dos elementos, além do percentual global, diante do total de amostras coletadas. Também poderão ser consultados outros equipamentos extra-pórticos para realização da auditoria (imagens das câmeras do CFTV, entre outros).

7.11.2. A auditoria deverá avaliar (i) se o montante a título de COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA pago à CONCESSIONÁRIA nos últimos 12 meses está aderente ao número de TRANSAÇÕES VÁLIDAS e de TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS, observado o item 8.1, incluindo a avaliação sobre precisão das informações sobre eixo e categoria de veículos considerados pela CONCESSIONÁRIA para calcular o montante devido.

7.11.3. Caso seja constatada eventual divergência no valor pago a título de COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA nos últimos 12 meses, conforme item 7.11.2, a diferença será incrementada ou descontada no pagamento da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA devida para os 12 meses subsequentes, de forma parcelada.

7.12. Os relatórios resultantes das auditorias deverão ser disponibilizados à ARTESP, por meio eletrônico, preferencialmente por meio do SISPROJ da CONCESSÃO.

7.13. Independentemente dos ajustes indicados no item 7.10.3, o DER/SP ou a ARTESP poderão, na eventualidade de identificarem qualquer indício de fraude, erro ou divergência nas informações prestadas periodicamente pela CONCESSIONÁRIA, exigir que a CONCESSIONÁRIA promova, às suas expensas, a contratação de auditoria independente, necessariamente diferente da empresa de auditoria que tiver realizado a auditoria mencionada no item 7.10, para realização de auditoria extraordinária nos dados transmitidos pela CONCESSIONÁRIA, devendo os resultados de tal atividade serem apresentados diretamente à ARTESP e/ou DER/SP para adoção das providências cabíveis.

8. COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA

8.1. A COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA será equivalente ao somatório trimestral das (i) TARIFAS DE PEDÁGIO cobradas e não pagas por aqueles que passaram a ser considerados USUÁRIOS INADIMPLENTES, decorrentes de 95% do montante das TRANSAÇÕES VÁLIDAS e; (ii) 100% do montante das TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS, não sendo considerados como USUÁRIOS INADIMPLENTES aqueles relacionados às TRANSAÇÕES INVÁLIDAS.

8.1.1. A COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA será paga pelo PODER CONCEDENTE com periodicidade trimestral, na forma deste ANEXO.

8.1.2. Não serão objeto da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, devendo ser arcados pela CONCESSIONÁRIA, os prejuízos observados em decorrência de: (i) 5% do valor total das TARIFAS DE PEDÁGIO devidas por USUÁRIOS INADIMPLENTES em TRANSAÇÕES VÁLIDAS; e (ii) 100% do valor total das TARIFAS DE PEDÁGIO devidas por USUÁRIOS em TRANSAÇÕES INVÁLIDAS, excluídas TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS.

8.1.3. A COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA só é aplicável no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, de modo que não haverá pagamento pela COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA para PRAÇAS DE PEDÁGIO.

8.2. Para pagamento da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, a CONCESSIONÁRIA deverá, até 5 (cinco) dias do mês subsequente ao fim do período de apuração (trimestral), enviar para a ARTESP relatório indicando (i) o valor devido a título de COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA; (ii) compilação trimestral do relatórios mensais entregues nos termos do item 7.8; (iii) as tarifas eventualmente processadas após o período de 15 (quinze) dias da passagem pelo respectivo PÓRTICO, ou outro prazo previsto na regulação, ou ainda após realizadas medidas coercitivas da CONCESSIONÁRIA.

8.2.1. Caso venha a ser expressamente solicitado pela ARTESP, as informações acima indicadas poderão ser disponibilizadas pela CONCESSIONÁRIA por meio de franqueamento de acesso à ARTESP diretamente aos bancos de dados aplicáveis, inclusive em tempo real.

8.3. A ARTESP deverá, em até 30 (trinta) dias do recebimento do material indicado no item 8.2 acima: (i) validar se a CONCESSIONÁRIA enviou todas as informações necessárias, nos termos do item 8.2 e 7.8 deste ANEXO e (ii) enviar NOTIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA ao

BANCO DEPOSITÁRIO, seguindo o procedimento definido no APÊNDICE D para que seja realizado o pagamento da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA à CONCESSIONÁRIA.

- 8.4. A COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA será realizada de acordo com as informações transmitidas pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP, nos termos do item 8.2, observada a necessidade de realização de auditoria anual e possibilidade de realização de ajustes e compensações, nos termos deste ANEXO.
- 8.5. Caso a ARTESP não tenha validado integralmente o recebimento das informações devidas nos termos do item 8.3, deverá notificar a CONCESSIONÁRIA indicando as informações pendentes.
- 8.6. A CONCESSIONÁRIA deverá, em até 10 (dez) dias do recebimento da notificação de que trata o item 8.5, efetuar as correções necessárias para regularização das informações.
- 8.7. O valor referente à COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA será transferido à CONCESSIONÁRIA deduzidos os montantes referentes ao IQD, ao ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO e à OUTORGA VARIÁVEL vigente ao tempo do pagamento da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA. Contudo, tendo em vista a fonte dos recursos da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA ser a CONTA INADIMPLÊNCIA e a CONTA MULTA, nos termos do APÊNDICE D, as deduções não ensejarão qualquer transferência adicional de recursos das referidas contas para quaisquer outras contas da CONCESSÃO.
- 8.8. Caso os recursos depositados na CONTA INADIMPLÊNCIA e na CONTA MULTA não sejam suficientes para fazer frente à NOTIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, nos termos do APÊNDICE D, na periodicidade prevista neste ANEXO, os recursos da CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO poderão ser utilizados.
- 8.8.1. Eventual desequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA pela falta de pagamento da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA será processado na REVISÃO ORDINÁRIA subsequente, observada a regra prevista na Cláusula Vigésima Quinta do CONTRATO.
- 8.9. As PARTES poderão rever o processo de implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, observado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.